

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS  
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO

Leticia Ferraro Artuso

CASO DE ENSINO  
BELO MONTE E OS IMPASSES NO SANEAMENTO EM ALTAMIRA

SÃO PAULO  
2019

## **Belo Monte e os impasses no saneamento em Altamira**

Mais de 250 milhões de reais foram investidos na infraestrutura de saneamento básico na cidade de Altamira-PA. Toda a cidade passou pelo tumulto das obras e a esperança de ser a primeira cidade amazônica a ter 100% de saneamento. Mas um detalhe chama atenção: nenhuma casa havia ligação às novas tubulações construídas.

O investimento no saneamento foi feito pela empresa Norte Energia, responsável pela implantação da Usina Hidrelétrica Belo Monte – a terceira maior do mundo em potência, e uma obra do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento, do Governo Federal). O imbróglio sobre a ligação das moradias no sistema se deu na negociação da entrega das obras pela Norte Energia para a Prefeitura de Altamira.

### Histórico e obras de desenvolvimento na região

A cidade de Altamira é marcada por ciclos econômicos originados no âmbito de planejamento federal. Em sua trajetória de desenvolvimento, destaca-se a construção da Transamazônica na década 70 – maior rodovia do país, forjada por um desenvolvimento socioeconômico que nunca de fato se estabeleceu na região.

Na década de 80 inicia-se a discussão sobre uma grande hidrelétrica chamada de Kararaô, muito controversa, onde teria uma área considerável de Terras indígenas seria alagada. Organizações da sociedade civil e indígenas, em especial, fizeram grande manifestação contrária a hidrelétrica com repercussão internacional, até que o projeto foi engavetado. No início dos anos 2000, retomam-se os estudos de viabilidade e impacto socioambiental da hidrelétrica, agora com o nome de Belo Monte. Em 2010 é emitida a licença prévia e 2011 a licença de instalação<sup>1</sup> – quando começam as obras efetivamente.

É importante destacar que Belo Monte é uma obra do PAC, há o interesse público do empreendimento impulsionado pelo governo federal e por isso é carregado com um discurso de intenção de desenvolvimento para a região, para além de sua principal missão: garantir oferta energética para o crescimento do país.

A região amazônica concentra os dez municípios com os piores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) e está abaixo da média do país no Índice de Progresso Social (IPS). Além disso, a região norte apresentou em 2018 o pior desempenho no Índice de Gini (que mede a desigualdade de renda), no quesito saneamento, é a região mais defasada – com seis das dez piores cidades do Brasil, e é nacionalmente reconhecida como o principal palco de conflitos fundiários violentos.

Assim como em outros momentos históricos na região, essa obra revela antagonismos sobre a visão de desenvolvimento na Amazônia, apontados por lideranças indígenas, organizações da sociedade civil locais e ambientalistas. Inúmeras manifestações contrárias ao empreendimento aconteceram em todo país – “vemos essa proposta do governo de levar adiante os empreendimentos de Belo Monte como uma afronta às nossas populações”, diz um representante indígena Juruna; na Av. Paulista, uma manifestante se indigna “não engolimos mais os crimes ambientais e sociais em nome do ‘desenvolvimento’. Não quero na minha casa uma energia gerada à custa de vidas alheias. Precisamos de energia para crescer? Muito

---

<sup>1</sup> Sobre licenciamento ambiental ver mais em Resolução Nº 237, de 19 de Dezembro de 1997.

bem, que o governo nos consulte sobre isso, porque queremos dizer que tipo de energia aceitamos e onde o governo pode ou não aplicar o nosso dinheiro”.

Por sua complexidade socioambiental, Belo Monte produziu o maior Estudo de Impacto Ambiental (EIA)<sup>2</sup> e Projeto Básico Ambiental (PBA) já produzidos para uma obra no país, documentos que apontam os impactos e ações de mitigação e compensação, respectivamente, de obrigação de execução pelo empreendedor, a Norte Energia.

### O saneamento básico à partir de Belo Monte

A licença de instalação do empreendimento – documento emitido pelo Ibama que permite o início das obras a partir do cumprimento de condicionantes socioambientais, apontou como uma das obrigаторiedades a implementação do saneamento básico na cidade de Altamira, o maior centro urbano da região. No documento, o empreendedor deveria atender ao seguintes requisitos de implementação: abastecimento de água, esgotamento sanitário e drenagem urbana.

Os impactos apontados no EIA para o saneamento básico estão ligados ao risco à cheias, à qualidade da água (que comprometeria os múltiplos usos do rio Xingu), à saúde da população e previsão de sobrecarga sobre a gestão pública. Com o barramento, o rio diminuiria sua capacidade de autodepuração e permitiria que esgoto se acumulasse em suas ramificações.

É sabido que todo grande empreendimento prevê um grande afluxo populacional que, para além dos próprios funcionários da obra, são caracterizados por toda uma migração de pessoas, empresas e organizações atraídas por mais diversos aspectos, em especial pelo aquecimento econômico, com a perspectiva de geração de emprego e renda. Desta forma, a demanda aumentada sobre os serviços públicos é quase regra e para várias áreas, como educação, saúde e, nesse caso, na gestão de um sistema municipal de saneamento. Sobre o quesito da titularidade, o entendimento no Brasil é que nas regiões metropolitanas a responsabilidade é compartilhada entre municípios e estado. Já, em cidades não metropolitanas, que configuram a maior parte da realidade brasileira, o entendimento que vigora é que a titularidade é municipal e, nesse caso, são diversos os arranjos entre concessionária e gestão pública para a implementação e operacionalização.

A situação sanitária da região, não diferente da maior parte do país, já é precária. A cidade de Altamira, de acordo com dados do IBGE de 2010, possuía uma rede abastecimento de água e esgotamento sanitário administrada pela Companhia de Saneamento do Pará (Cosanpa), que atendia apenas 12% e 2%, respectivamente de cada serviço. A maior parte dos domicílios são caracterizados pelo uso de poços artesianos para o abastecimento de água e para o esgoto o uso de fossas sépticas e “fossas negras”<sup>3</sup>, que aumentam o risco de contaminação do solo e criam um cenário de risco para saúde pública.

Pensar em obra de saneamento básico é um plano muito além da infraestrutura. É um projeto de desenvolvimento, intimamente conectado à pasta de assistência social e que, nas leis de mercado, com difícil incentivo financeiro: tem custo alto de implementação com retorno financeiro de longo prazo. Para

---

<sup>2</sup> Sobre estudo de impacto ambiental ver mais em: Resolução CONAMA Nº 001, de 23 de Janeiro de 1986 e Resolução Nº 237, de 19 de Dezembro de 1997.

<sup>3</sup> Fossa negra é, basicamente, um buraco no solo, que pode estar coberto ou não, para onde são direcionados a água e os dejetos. Por não conter nenhum tipo de isolamento, a fossa negra permite que o conteúdo infiltre e se dissipe, contaminando o solo e lençol freático.

pequenos municípios, as saídas possíveis se colocam em instrumentos como consórcios intermunicipais e Parcerias Público-Privadas (PPP).

Quanto à saúde pública, a ausência de saneamento poderia ser considerada uma violação de direito humano. No mundo, 88% de mortes por diarreia são originadas pela inadequação de saneamento, e no contexto brasileiro é uma das principais causas evitáveis de mortalidade infantil. Trata-se de condição básica para o desenvolvimento humano.

A infraestrutura de saneamento descrita no PBA aponta metas de universalização dos serviços. Quando é avistada a possibilidade de uma cidade no interior da Amazônia ser contemplada com um amplo sistema de saneamento básico, essa ação deveria ser uma das prioridades de política do país – tendo em vista a oportunidade que vem com de Belo Monte, uma obra de interesse público do governo federal.

### O imbróglio da implementação em Altamira

Como previsto no EIA, a sobrecarga sobre serviços públicos se dá em diversas dimensões da gestão municipal. No caso de saneamento, a demanda sobre a prefeitura se dá na forma e capacidade de gestão, e também na responsabilidade de articulação com a sociedade. Dos gargalos maiores da implementação de saneamento está na alteração ao modo de vida da população: em transtornos temporários de obras, na necessidade de adaptação à um novo modelo, e financeiro quanto à nova ordem de pagamentos mensais por serviços nunca antes cobrados.

Os relatórios mensais e semestrais do empreendedor para o Ibama apontam que as obras, apesar de atrasadas quanto ao prazo inicial, estavam avançadas. Ao mesmo tempo, a barragem também estava sendo finalizada e o barramento do rio mais próximo de se concretizar. Ainda assim, permanecia incerteza de dois elementos fundamentais para que o sistema de saneamento se efetive: ligações intradomiciliares e a gestão.

Altamira toda passa por obras para instalação das tubulações. As ruas estão cheias desvios e impedimento de passagens. O som alto e constante das britadeiras e toda a poeira que geram, deixam os moradores incomodados. Diversas audiências públicas acontecem por conta de Belo Monte, entre os apelos da população local, técnicos da Norte Energia tentam amenizar, em vão, as duras críticas: “toda essa energia aqui, essa confusão que está na nossa vida, é para manter a sua cerveja gelada lá no sudeste (...); também queremos desenvolvimento, mas quanto está custando isso tudo para nós? ”.

A grande discussão na cidade tem foco nas ligações intradomiciliares e quem executará e financiará essa ação. E isso acaba deixando um pouco na sombra a indefinição sobre quem será o gestor e como será definido o plano de gestão do saneamento. A prestação de serviços e manutenção do sistema requer uma importante e gradual fortalecimento de competências locais e, nesse caso especialmente, requer articulação forte entre empreendedor e município, além de outros atores como a sociedade civil de Altamira. É importante ressaltar o papel e participação do Governo Federal, enquanto principal promotor do empreendimento de Belo Monte.

É fato que o Projeto Básico Ambiental (PBA), sobre o papel do empreendedor no saneamento, atribuiu de forma abrangente as responsabilidades, sem determinações específicas, que levam à possibilidade de interpretações distintas. No momento pós instalação da infraestrutura, o impasse sobre a execução e custeio das ligações intradomiciliares é o aspecto mais evidente dessa imprecisão.

O parecer do Ibama sobre o cumprimento da condicionante afirma: “Cumpre ressaltar que a operação dos sistemas de esgotamento implantados depende das ligações domiciliares e das adequações sanitárias nas residências”. Ainda que esse impasse das conexões seja equacionado, resta o desafio da gestão do sistema integrado, que depende do fortalecimento de capacidades institucionais locais.

O empreendedor não tem ingerência sobre os moradores de Altamira, alega que não é de sua responsabilidade fazer o processo de ligações das casas na rede nem definir a gestão do sistema, é uma entrega a ser feita para a municipalidade. A prefeitura alega que não tem recursos e capacidade para fazer, por isso, mesmo com a finalização das obras de infraestrutura não recebe formalmente o sistema. E o Ibama tem competência apenas sobre o empreendedor, e em nada pode impor às esferas públicas responsabilidades a serem cumpridas.

A população de Altamira faz intensa manifestação pois estão apartados de todo processo: quem irá realizar e pagar reforma em suas casas? Qual será o valor da tarifa? E quem realizará o serviço? Nesse contexto, importa também o latente histórico negativo com a Cosanpa sobre a prestação de serviço de abastecimento de água.

#### E o que pode ser feito?

A situação do município é substancialmente diferenciada de qualquer outro projeto de saneamento básico no país: há um imponente montante de investimento em infraestrutura realizado pela empresa, com o interesse prioritário do governo federal – a obra de Belo Monte como um carro chefe do PAC, e com benefícios inegáveis para a população que o saneamento básico oferece. E por que não se concretiza?

O empreendedor quer operar, barrar o rio e encher o reservatório para geração de energia, e solicita a licença de operação ao Ibama, mesmo sem essa questão estar equacionada.

Para garantir a efetividade de todo investimento no saneamento, o que o governo federal, em suas diversas pastas, deve fazer? E a prefeitura de Altamira? A Norte Energia, interessada em resolver rapidamente e começar a gerar energia, como poderia agir?

## **Nota de Ensino**

### ***Belo Monte e os impasses no saneamento em Altamira***

#### **1. Sinopse**

O impasse sobre a efetividade do saneamento básico implementado em Altamira: toda a infraestrutura foi construída, mas não há nenhuma casa ligada à rede. A infraestrutura foi toda financiada e realizada pelo empreendedor da UHE Belo Monte, sendo uma das condicionantes da licença de instalação da hidrelétrica. Belo Monte é uma obra de interesse do Governo Federal, que expõe a hidrelétrica como uma forma de alavancar o desenvolvimento na região. A prefeitura de Altamira alega não ter capacidade instalada para receber o sistema. E implantação da rede de esgotamento sanitário e abastecimento de água foi até a porta da casa das pessoas – empreendedor alega não ter ingerência sobre as ligações intradomiciliares. A população vive os transtornos da obra nas ruas da cidade e não vê perspectiva de uso do serviço: quem executará as ligações nas casas? Quem será o gestor do sistema? Haverá qualidade no serviço prestado? E quanto isso irá custar? Esse caso explicita a falta de clareza sobre responsabilidade pública e privada, e também revela dificuldades de implementação de políticas pelo nosso desenho federativo – muita responsabilidade municipal combinada com fragilidade na capacidade institucional.

#### **2. Aplicação e objetivos pedagógicos**

É aplicado para cursos de gestão pública, gestão ambiental e áreas correlatas, em disciplinas sobre implementação de infraestrutura no país (e instrumentos de gestão municipal), sobre capacidades institucionais, sustentabilidade e desenvolvimento local. Pode ser aplicado para turmas de graduação e pós (stricto sensu ou lato sensu).

O objetivo pedagógico é a reflexão do aluno acerca das responsabilidades do setor público e privado em no contexto de grandes empreendimentos no país, seja em obras de infraestrutura, mineração, agronegócio, ou ainda megaeventos esportivos (como Copa e Olimpíadas). Nesses cenários há um grande investimento aplicado em territórios com (geralmente) uma baixa capacidade institucional do poder público local para operar. Espera-se que o aluno aprenda sobre as complexidades políticas da implantação de ações públicas mesmo com recurso financeiro disponível.

#### **3. Perguntas de estudo**

I) Quais principais transformações em territórios que recebem grandes hidrelétricas?

- Os alunos podem buscar compreender a partir de casos reais quais impactos (positivos e negativos) estão relacionados à implementação de hidrelétricas de grande porte, bem como outros empreendimentos (mineração, estradas, etc). Além disso, é importante a conexão dos alunos com o que acontece em lugares distantes dos grandes centros urbanos – neste caso, a demanda energética do país precede a obra e associa-se ao nosso estilo de vida em geral. Dessa forma, os alunos começam a se conectar com os desafios postos nesse contexto.

II) Quais os papéis e responsabilidades de empresas e governo em casos de instalação de hidrelétricas?

- As divisões de responsabilidades e papéis se confundem na prática. Importante refletir sobre quem quer a hidrelétrica e quem lida com a instalação da obra no território. Aqui começa a se aproximar da reflexão sobre nosso sistema federativo e das capacidades institucionais entre os entes. Também é possível refletir sobre os papéis entre público e privado, e assimetrias de poder.

#### 4. Roteiro de discussão proposto

##### I) Compreensão do contexto

- Sobre histórico de Belo Monte
- Relação com a vida dos alunos (demanda energética do país; políticas nacionais)

##### II) Sobre a condicionantes do saneamento

- O por quê (mitigação impacto)
- O que aconteceu: obras realizadas e sistema inoperante
- Problematicar a questão do saneamento: oportunidade de efetivar uma política

##### III) Reflexão sobre o problema - papéis e responsabilidades

- Identificar cada ator e a responsabilidade atribuída (empreendedor, Ibama, município e governo federal)

Formato: debate livre em sala; *role-playing*; outros.

##### IV) O que aconteceu no caso real

Quase um ano pós instalação da rede de tubulações e estações de tratamento (2016), a prefeitura assumiu a comunicação e interface com a população local com apoio financeiro da empresa. A manutenção e gestão do sistema até hoje (2019) é bancada pela Norte Energia.

<b>Ministério Minas e Energia; Casa Civil</b>	Os protagonistas e impulsionadores da obra. Defendem Belo Monte em sua contribuição energética para o país e também como exemplo de legado para região.
<b>Ibama</b>	Órgão responsável por emitir as licenças da obra e fiscalizar o cumprimento das condicionantes ao longo do tempo. Tem ingerência apenas sobre a empresa (não compete a eles obrigações de entes federativos).
<b>Ministério da Cidades</b>	(Extinta pasta governamental) Seria responsável por articular entre União e Municípios sobre o saneamento básico. Órgão ausente nos processo de Belo Monte.
<b>Prefeitura de Altamira</b>	Governo local e principal interessado no saneamento básico. Sem capacidade técnica e financeira para absorver o sistema.
<b>Norte Energia</b>	Empresa precisa encaminhar a questão do saneamento para poder conseguir a licença de operação e então começar a gerar energia.

#### 5. Análise teórica (principais conceitos e como podem ser usados no caso)

O caso apresenta desafios de articulação que remetem ao nosso sistema federativo e à capacidades institucionais, em especial dos municípios. Para isso, é proposto que alguns conceitos sejam apresentados durante ou pós discussão com os alunos para ajudar a localizar os gargalos.

A situação do saneamento em Altamira trata-se de uma falta de clareza de papéis e responsabilidade, e não apenas entre a prefeitura da cidade e o empreendedor, mas especialmente entre município e governo federal – a hidrelétrica é uma obra do PAC, e tem responsabilidade enquanto projeto de governo. O apoio e presença da esfera federal nesse caso é crucial.

Alguns pontos que podem ser trabalhados no caso:

I) responsabilidades entre os entes federativos pode ser difusa e dificulta efetividade de ações – até mesmo pela “facilidade” de omissão de responsabilidade;

- explorar tanto a falta de clareza na condicionante da licença ambiental sobre as responsabilidades atribuídas (ou não) ao empreendedor, como também a ausência do governo federal mediando esse processo (para além do Ibama, órgão licenciador)

II) a autonomia dos municípios impõe um grande desafio entre suas atribuições e as capacidades para execução;

- a fragilidade de capacidade municipal já estava identificada no Estudo de Impacto Ambiental da obra, que previu uma sobrecarga sobre os governos locais; refletir sobre os caminhos possíveis a serem percorridos para dar conta dessa questão

III) no contexto de grandes obras, com um enorme montante de investimento em regiões com fragilidades institucionais, colocam limites para o desenvolvimento local/regional

- para que possa se pensar em legado de grandes obras para a região é preciso que ações estruturantes sejam realizadas, considerem as capacidades institucionais locais e criem mecanismos de fortalecimento entre entes federativos, bem como com o empreendedor e a sociedade civil; o caso do saneamento básico é apenas um exemplo de gargalo, tantos outros também se colocam dessa forma, como na saúde, proteção de terras indígenas, etc. O que há em comum é a necessidade de articulação entre atores envolvidos.

*Sobre pacto federativo do país, federalismo, autonomia de governos locais, e capacidades institucionais:*

ABRUCIO, F. L.; FRANZESE, C. Federalismo e políticas públicas: o impacto das relações intergovernamentais no Brasil. In: ARAÚJO, M. F. I.; BEIRA, L. (Orgs.). Tópicos de economia paulista para gestores públicos, v.1. São Paulo: Edições FUNDAP, 2007. p. 13-31.

GRIN, E. & ABRUCIO, F.L. (2018). Quando nem todas as rotas de cooperação intergovernamental levam ao mesmo caminho- arranjos federativos no Brasil para promover capacidades estatais municipais. REVISTA DO SERVIÇO PÚBLICO. 69. 85-122.

GRIN, E. & ABRUCIO, F.L. (2019). Governos locais: uma leitura introdutória.

PIRES, R. R. C.; GOMIDE, A. A. Governança e capacidades estatais: uma análise comparativa de programas federais. Revista de Sociologia e Política., v. 24, n. 58, p. 121-143, jun. 2016.

*Sobre grandes obras, licenciamento ambiental e Amazônia:*

BRONZ, D. (2015). “O Estado não sou eu”. Estratégias empresariais no licenciamento ambiental de grandes projetos industriais. CAMPOS - Revista de Antropologia Social. 14. 10.5380/campos.v14i1/2.42472.

CENTRO DE ESTUDOS EM SUSTENTABILIDADE DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS (FGVCES). Grandes obras na Amazônia: aprendizados e diretrizes. 2. ed. São Paulo: FGV-EAESP/FGVces, 2018.

BANCO MUNDIAL (2008). Licenciamento ambiental de empreendimentos hidrelétricos no Brasil: uma Contribuição para o Debate (Em Três Volumes): Volume II: Relatório Principal. Brasília.

HOFMANN, R (2015). Gargalos do Licenciamento Ambiental Federal no Brasil. Câmara dos Deputados. Brasília.

## **6. Fonte do caso**

O caso foi escrito a partir de uma pesquisa já realizada e documentada a partir do projeto Indicadores de Belo Monte, do qual fiz parte da equipe de gestão e técnica. Também conta com minha vivência de 1,5 ano morando na cidade Altamira e acompanhando os desdobramentos sobre o tema cotidianamente.



O relatório base para o caso chama-se *Mapa dos Caminhos – Saneamento em Altamira*, produzido pelo Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (FGVces).

Disponível em:

[http://indicadoresdebelomonte.eco.br/attachments/37c7c3e2175e1ba5020357b2b30752e516835d66/store/600b7c05940283c8ae02119bce4999f6ec57f81ffa4bc0aae5c8ae34fb61/MapadosCaminhos\\_SaneamentoAltamira\\_nov14\\_jul15.pdf](http://indicadoresdebelomonte.eco.br/attachments/37c7c3e2175e1ba5020357b2b30752e516835d66/store/600b7c05940283c8ae02119bce4999f6ec57f81ffa4bc0aae5c8ae34fb61/MapadosCaminhos_SaneamentoAltamira_nov14_jul15.pdf)>

## 6.1 Aprofundamento

Outras publicações que corroboram os apontamentos da fonte principal.

I) INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. Dossiê Belo Monte - Não há condições para a Licença de Operação. 2015. “Já no que diz respeito ao saneamento básico, a obrigação de implantar 100% do sistema proposto no PBA (redes de esgoto e água potável), de responsabilidade do empreendedor, não foi cumprida. As estações de tratamento de água e esgoto já foram concluídas, mas não há perspectiva de funcionamento nos próximos anos, devido à ausência de ligação dos domicílios à rede de tubulações. Corre-se o risco de que, assim que seja autorizado o barramento do rio Xingu, degradem-se as águas do reservatório (incluindo os igarapés Ambé e Panelas) e as águas subterrâneas que servem à cidade de Altamira.”

<https://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/dossie-belo-monte-site.pdf>>

II) FAINGUELERNT, M. B. A trajetória histórica do processo de licenciamento ambiental da usina hidrelétrica de Belo Monte. *Ambient. soc.*, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 245-264, 2016.

[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-753X2016000200245&script=sci\\_arttext&lng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-753X2016000200245&script=sci_arttext&lng=pt)>

III) SOUSA, A.M. Caminhos do desenvolvimento: a UHE Belo Monte como caso ilustrativo da complexidade implicada. *Revista Franco-Brasileira de Geografia. Confins* 28. 2016.

<https://journals.openedition.org/confins/11055>>

IV) Ação Civil Pública Ministério Público Federal (MPF)

“(...) suspensão da licença de operação nº 1317/2015, emitida pelo IBAMA, até que sejam realizadas as obrigações decorrentes da condicionante do saneamento básico; (...)”

<http://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/documentos/2017/caso-belo-monte/269-43-2016-4-01.3903/269-43-2016-4-01-3903-acp-saneamento-em-altamira.pdf/view>>

V) Relatório de Impacto Ambiental – RIMA. Norte Energia

[http://norteenergiasa.com.br/site/wp-content/uploads/2011/04/NE.Rima\\_.pdf](http://norteenergiasa.com.br/site/wp-content/uploads/2011/04/NE.Rima_.pdf)>

VI) Norte Energia traz saneamento básico para a região do Xingu. Informativo Norte Energia.

[http://restrito.norteenergiasa.com.br/site/wp-content/uploads/2013/10/informeBelomonte08\\_versao\\_WEB.pdf](http://restrito.norteenergiasa.com.br/site/wp-content/uploads/2013/10/informeBelomonte08_versao_WEB.pdf)>